

MEDO E DINÂMICAS CRIMINAIS: NARRATIVAS DE JOVENS EM PERIFERIAS DE FORTALEZA/CE

*Fear and criminal dynamics:
narratives of peripherized youth in Fortaleza/CE*

*Miedo y dinámicas criminales:
narrativas de jóvenes periféricos de Fortaleza/CE*

DOI: 10.26512/ser_social.v27i57.56809

Liana de Sousa Souto

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7383-2578>
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4961402561232034>

João Paulo Pereira Barros

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7680-576X>
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0351156693555523>

Aldemar Ferreira da Costa

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0281-9944>
Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1217856125920106>

Luís Fernando de Souza Benício

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0765-2568>
Currículo Lates: <http://lattes.cnpq.br/1979920596496521>

Rita de Cássia da Silva Cardoso

ORCID: <https://orcid.org/0009-0000-0391-7234>
Currículo Lates: <http://lattes.cnpq.br/4393855497221217>

Larissa Ferreira Nunes

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5384-0896>
Currículo Lates: <http://lattes.cnpq.br/6245327566545558>

Liana de Sousa Souto

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7383-2578>
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4961402561232034>
email: lianasouto-@hotmail.com

Mini currículo: Psicóloga graduada pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Especialista em Terapia Comportamental e Cognitiva em Saúde Mental pela Universidade de São Paulo (IPq-HCFMUSP) e em especialização em Psicologia Baseada em Evidências pelo inPBE. Atua nas áreas de Psicologia Social e Clínica, com ênfase em terapias contextuais, evidências científicas e juventudes em contextos de exclusão social.

João Paulo Pereira Barros

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7680-576X>
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0351156693555523>
email: joaopaulobarros@ufc.br

Mini currículo: Professor do Departamento de Psicologia e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Ceará (UFC). Coordenador do VIESES: Grupo de Pesquisas e Intervenções sobre Violência, Exclusão Social e Subjetivação.

Aldemar Ferreira da Costa

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0281-9944>
Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1217856125920106>
email: demarfcost92@gmail.com

Mini currículo: Doutorando em Psicologia no Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Ceará (UFC). Membro do VIESES: Grupo de Pesquisas e Intervenções sobre Violência, Exclusão Social e Subjetivação.

Luís Fernando de Souza Benício

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0765-2568>
Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1979920596496521>
email: luisf.benicio@gmail.com

Mini currículo: Doutor em Psicologia. Docente do Centro Universitário Christus. Membro do VIESES: Grupo de Pesquisas e Intervenções sobre Violência, Exclusão Social e Subjetivação.

Rita de Cássia da Silva Cardoso

ORCID: <https://orcid.org/0009-0000-0391-7234>

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4393855497221217>

email: casscardoso.cc@gmail.com

Mini currículo: Mestranda em Psicologia no Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Ceará (UFC). Membro do VIESES: Grupo de Pesquisas e Intervenções sobre Violência, Exclusão Social e Subjetivação.

Larissa Ferreira Nunes

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5384-0896>

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6245327566545558>

email: larissafnpsico@gmail.com

Mini currículo: Doutora em Psicologia. Docente do Centro Universitário Nassau. Membro do VIESES: Grupo de Pesquisas e Intervenções sobre Violência, Exclusão Social e Subjetivação.

RESUMO

Objetiva-se cartografar expressões psicossociais do medo em relação às dinâmicas sociais do crime no cotidiano de jovens inseridos/as em territorialidades periféricas de Fortaleza, tomando por base as narrativas desses sujeitos sobre suas trajetórias e experiências. Tratou-se de uma pesquisa-inter(in)venção, a de oficinas com jovens de uma escola. Os resultados ressaltam 5 formas principais pelas quais o medo se expressa: medo de circular pelo território e de morrer; o medo da vitimização de amigos e familiares; o medo de ser confundido com um “envolvido”, no “fogo cruzado” entre facções e forças de segurança pública; o medo relacionado à LGBTQIA+fobia, tendo em vista as hierarquias de gênero reforçadas pelos modus operandi masculinista das dinâmicas criminais; e o medo de falar. Conclui-se que as transformações do crime, ao intensificarem medos diversos, produzem efeitos na saúde mental de juventudes moradoras de periferias, o que precisa de maior atenção acadêmica e governamental.

PALAVRAS-CHAVE

Juventudes; Crime; Medo; Violência; Psicologia Social.

ABSTRACT

The objective is to analyze narratives of young people inserted in peripheral territorialities of Fortaleza on expressions and psychosocial effects of fear in relation to the social dynamics of crime in their daily lives. This was a research-intervention, through workshops with young people from a school in Grande Bom Jardim. The results and discussion highlight: the fear of circulating in the territory and of dying; the fear of victimization of friends and family; the fear of being confused with one “involved” in the “crossfire” between factions and public security forces; the fear of girls and LGBTQIA+ young men, given the gender hierarchies reinforced by the masculine modus operandi of the dynamics of crime; the fear of speaking out. We conclude that the transformations of crime intensify diverse fears, which produce effects on the mental health of young people living in the peripheries.

KEYWORDS

Youth; Crime; Fear; Violence; Social Psychology.

RESUMEN

El objetivo es cartografiar las expresiones psicosociales del miedo en relación con las dinámicas sociales del crimen en la vida cotidiana de jóvenes insertados/as en territorialidades periféricas de Fortaleza, basándose en las narrativas de estos sujetos sobre sus trayectorias y experiencias. Se trató de una investigación-intervención, mediante la realización de talleres con jóvenes de una escuela. Los resultados destacan 5 formas principales a través de las cuales se expresa el miedo: miedo de circular por el territorio y de morir; el miedo a la victimización de amigos y familiares; el miedo a ser confundido con un “involucrado”, en el “fuego cruzado” entre facciones y fuerzas de seguridad pública; el miedo relacionado con la LGBTQIA+fobia, teniendo en cuenta las jerarquías de género reforzadas por los modus operandi masculinizados de las dinámicas criminales; y el miedo a hablar. Se concluye que las transformaciones del crimen, al intensificar diversos miedos, producen efectos en la salud mental de las juventudes habitantes de las periferias, lo que requiere mayor atención académica y gubernamental.

PALABRAS CLAVE

Juventudes; Crimen; Miedo; Violencia; Psicología Social.

Introdução

Este artigo, fruto da pesquisa de Souto (2019), visa cartografar expressões psicossociais do medo em relação às dinâmicas sociais do crime no cotidiano de juventudes em territorialidades periféricas de Fortaleza, tomando por base as narrativas de jovens inseridos no Grande Bom Jardim¹ sobre suas experiências. Assim, o debate visa contribuir com discussões empíricas sobre o medo como vetor de governamentalidade contemporânea, sendo um fenômeno presente em diferentes classes sociais das grandes cidades, embora seja experienciado desigualmente sobretudo por juventudes negras e moradores de territorialidades periféricas, ou seja, por segmentos que são interseccionalizados por marcadores sociais de opressão que maximizam processos de vulnerabilização (BARROS et al., 2019). Esses mesmos jovens, negros e moradores de bairros marginalizados são tomados como sujeitos potencialmente violentos e seus locais de moradia são considerados nichos de desordem e de uma necessidade de contenção social, além de serem os mais afetados pela violência letal (BARROS, 2019).

Essa realidade corrobora para que esses jovens, conforme aponta Manoel Sousa (2019), vivam intensamente atravessados pelo risco e pela possibilidade iminente de morte. As reflexões propostas advêm de uma das pesquisas desenvolvidas no âmbito do VIESES: Grupo de Pesquisas e Intervenções sobre Violência, Exclusão Social e Subjetivação, ligado ao Departamento de Psicologia e ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Ceará (UFC).

Dados do Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência (CCPHA, 2019) mostram que o Ceará concentra um expressivo quantitativo de vítimas da violência letal ocasionada por armas de fogo. Principalmente desde 2015, o Ceará tem sofrido transformações sociais dos modos de fazer o crime, mediante a inserção e o fortalecimento de organizações popularmente conhecidas como facções criminosas (PAIVA, 2019). Anteriormente a isso, as disputas territoriais e pelos mercados ilícitos eram feitas por pequenas gangues de bairros (DIÓGENES, 1998). Contudo, desde o final da década de 90 e início dos anos 2000, já havia comentários sobre a presença de pessoas faccionalizadas, em especial no interior cearense (SOUSA, 2019). Essas facções buscam exercer dominações nos territórios em que colocam seus mercados de drogas e também nos presídios (DIAS; PAIVA, 2019).

Essas facções funcionam a partir de suas próprias regras, muitas vezes, extrapolando-as para as territorialidades onde buscam exercer o domínio dos mercados ilegais de drogas e armas, como foi possível observar em diferentes pesquisas que apontam a presença de toques de recolher, impossibilidade de transitar entre bairros, pichações em muros com solicitações para tirar capacete ao entrar de moto ou baixar o vidro do carro ao entrar em alguns locais, etc. (BARROS et al., 2018; CAVALCANTE; ALTAMIRANO, 2019; PAIVA, 2019; SÁ; AQUINO, 2018).

1 O Bom Jardim é um bairro de Fortaleza/CE, que devido sua ligação cultural e social com outros quatro bairros (Granja Portugal, Granja Lisboa, Canindezinho e Siqueira) a região é também conhecida como Grande Bom Jardim, e engloba mais 20 comunidades não reconhecidas oficialmente como bairros.

Nascimento e Siqueira (2022) analisaram as dinâmicas “faccionais” e políticas estatais entre o dentro e o fora das prisões do Ceará, situando as práticas criminais, ilegais, políticas penais e de segurança pública desde a expansão das “facções” no estado. Os autores destacam, assim, “o borramento das fronteiras entre prisões e periferias, bem como das práticas de governo pelas “facções” e pelo Estado que desencadearam latentes conflitos armados na guerra entre “facções” e “facções” e Estado” (p. 123).

É importante destacar que este texto reconhece semelhanças entre o que ocorre no cenário cearense e outros contextos nacionais e da América Latina, já que aspectos desse contexto local também são percebidos em outras Regiões Metropolitanas do país, fato já bastante estudado por especialistas em segurança pública e sistema de justiça criminal. Contudo, as discussões do artigo também se apoiam em discussões realizadas sobre as transformações sociais da violência no Ceará, as quais também reconhecem peculiaridades nessas dinâmicas locais (NASCIMENTO; SIQUEIRA, 2022; MORAES; SIQUEIRA, 2019; PAIVA; PIRES, 2023; PAIVA, 2022; PAIVA; DIAS; LOURENÇO, 2022; PAIVA; MELO, 2021; DIAS; PAIVA, 2019). Além disso, em que pese o texto dialogue mais diretamente com diversas referências da literatura destinadas aos debates decoloniais, vale destacar as contribuições de autores como Doriam Borges (2011, 2013) e Gláucio Soares (2005, 2006) sobre violência e medo do crime.

Salienta-se que o medo não será tomado aqui como um sentimento individual, sob uma visão intimista e “psicologizante”, mas sim como um operador político e psicossocial por ensejar práticas, normas e relações organizadas a partir de certos modos de fazer viver uma determinada população e também certos modos de gestão e instrumentalização da morte de parte dessa população. Assim, considera-se que o medo “é instrumentalizado como componente subjetivo necessário para manter a engrenagem da ordem capitalista vigente que o torna onipresente: o medo nosso de cada dia” (MANSANO; NALLI, 2018, p.7), sendo ele um dos operadores para a perpetuação de combinações entre biopolítica e necropolítica.

A título de articulação teórica, biopolítica é um conceito apresentado por Michel Foucault (2003) em seu livro *Microfísica do Poder*, que se refere a um instrumento de regulação da vida, posição e do valor dos corpos/sujeitos na sociedade. Foucault viabiliza uma percepção acerca das vulnerabilidades e descartabilidade de determinados indivíduos, numa política de fazer viver e deixar morrer determinados corpos. Assim, pela alegação da necessidade de promoção do bem-estar coletivo, são regulados os corpos a partir dos discursos biológicos. Por sua vez, Achille Mbembe (2017) apresenta a necropolítica em um ensaio intitulado *Necropolítica*, enquanto conceito afeto à biopolítica de Foucault, salientando que a necropolítica é a materialização da biopolítica que se dá pela expressão da morte, e que adota tipografias da crueldade, como- lugares em que se tem licença para matar: lugares subalternizados, e com uma densidade negra. As noções de biopoder/biopolítica de Foucault sofrem um deslocamento saindo de análises centradas em contextos europeus para pensar a forma de constituição desses diagramas de poder não apenas nos contextos pós-coloniais de Áfricas, mas também nos processos de colonização e nos traços de colonialidade que ainda imperam com força nos contextos brasileiros tendo como espinha dorsal as questões raciais contemporâneas.

O medo, portanto, será analisado como medo social, um tipo de medo que é “construído socialmente, [...] que tem sua gênese na própria dinâmica da sociedade. Medo produzido e construído em determinados contextos sociais e individuais, por determinados grupos ou pessoas” (BAIERL, 2004, p.48).

O debate foi produzido a partir do campo de estudos da psicologia social latino-americana, que versa sobre as articulações entre aspectos psicossociais da violência, saúde mental e subjetividade, bem como a partir de interlocuções do campo das ciências sociais que elucidam sobre as dinâmicas do crime em contextos urbanos. (BARROS, et al, 2017; BARROS, et al., 2018; BARROS, BENÍCIO E BICALHO, 2019; BARROS, RODRIGUES E BENÍCIO, 2021)

Dentro de uma abordagem psicossocial e interdisciplinar, nossa investigação se propõe a contribuir com estudos que abordam experiências sociais do crime no contexto urbano, pautando, assim, reflexões em torno da re-elaboração subjetiva acerca das expressões psicossociais do medo relacionado às transformações sociais do crime e seus efeitos cotidianos nas periferias urbanas.

Percursos metodológicos

Esse artigo se originou a partir de uma pesquisa-inter(in)venção, um tipo de pesquisa participativa de abordagem qualitativa (AGUIAR; ROCHA, 2007; PASSOS; KASTRUP, ESCÓSSIA, 2009; BENÍCIO et al., 2018). Benício et al., (2018) salientam que a pesquisa-inter(in)venção em psicologia tem buscado realizar trabalhos investigados que envolvam também a articulação de ações concretas, que partam de problemáticas, necessidades e demandas locais, conectando produção de conhecimento e transformações micropolíticas a partir de invenção conjunta de dispositivos de análise coletiva e colaborativa de sentidos, práticas sociais e processos subjetivos nos contextos e cotidianos investigados.

Para ser viabilizado, em termos da segurança dos pesquisadores, em um contexto de intensos conflitos armados, o estudo se deu em uma escola da rede pública do estado do Ceará. Participaram da pesquisa jovens do ensino médio, entre 15 a 19 anos de idade. OVISES já desenvolvia trabalhos coletivos de pesquisa e extensão desde 2018 no lócus da investigação, o que favoreceu a execução da pesquisa. Desses trabalhos, inclusive, surgiram as demandas pelo próprio corpo discente e de profissionais da escola por oficinas que focassem o tema do medo em relação à violência. Os grupos foram mistos, compostos por meninas e meninos, totalizando em torno de 20 estudantes, todos autodeclarados pardos e pretos, e aconteceram quinzenalmente no primeiro semestre de 2019.

Foram um total de quatro oficinas que trataram do tema do medo, enfocando suas relações com as dinâmicas da violência no território, suas manifestações no cotidiano e nas trajetórias de vida, que efeitos esses medos produzem na vida de juventudes que moram naquele contexto, que formas de lidar com o medo e enfrentá-lo são experimentadas por tais segmentos sociais e como seria possível pensar cuidados em saúde mental frente a essa problemática.

Metodologicamente, as oficinas eram organizadas em três momentos: 1) mobilização inicial para a temática, vínculo e confiança entre as pessoas presentes, em que lançamos mão de recursos artísticos para facilitar a produção de narrativas sobre as experiências juvenis, tais como músicas, vídeos, colagens, desenhos, pinturas, escritos em cartazes e a elaboração de Fanzine; 2) compartilhamento de perguntas sobre a temática central, com vistas à narrativização de experiências juvenis em torno do medo diante das dinâmicas do crime e ao fomento de processos de reelaboração subjetiva; 3) fechamento, construção de formas de cuidado psicossocial diante do tema do medo em seus cotidianos e avaliação do encontro (BARROS; SILVA; GOMES, 2020; CAVALCANTE, 2020).

A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UFC, com o parecer de número 88857718.9.0000.5054, estando de acordo com a Resolução nº 466 de 2012 do Conselho Nacional de Saúde.

Os dados foram registrados a partir da elaboração de diários de campo (COSTA; MOURA; BARROS, 2020). Os diários foram concebidos na pesquisa como narrativa implicada sobre o que trouxeram os jovens nas oficinas, permitindo traçarmos uma cartografia psicossocial do medo em relação às dinâmicas sociais do crime, a partir de experiências trazidas pelos participantes. Traçar uma cartografia psicossocial do medo, inspira na cartografia da violência feita por Diógenes (1998), implicou a busca por analisarmos como esse medo se produz em um plano coletivo, e não apenas sob um prisma intrapsíquico, e que efeitos psicossociais esse medo tem produzido em cotidianos de periferias urbanas e em trajetórias juvenis nesses contextos (BENÍCIO, 2018; PINHEIRO, 2018; SILVA, 2019; CAVALCANTE, 2020; GOMES, ET AL., 2020).

Resultados e Discussões

Medo de circular pelo território e de morrer

Em todas as oficinas, surgiram muitos relatos acerca do medo de circular pelo território em função das intensas disputas relacionadas às dinâmicas sociais do crime. Medo de circular e medo de morrer, nesse sentido, apresentam-se como um importante analisador das dinâmicas criminais, sendo um indicativo de um viver acuado, e do medo de morrer relacionado às disputas entre facções. Partindo das narrativas, o medo é entendido como agenciador de modos de ocupação do território e de produção de subjetividades acuidas, inseguras, e com relação com iminente relação com a morte.

Alguns estudantes escreveram coletivamente em uma das atividades das oficinas que propunha a elaboração de uma fanzine, conforme registro em diário de campo: “Queremos voltar a frequentar nossos espaços: vila olímpica, pracinha, piscina, voltar a jogar bola” (SOUTO, 2019). Por experiências relatadas como as abordagens violentas por membros de facção e ameaças no trajeto, expuseram também que a própria farda da escola anuncia sua localização e, portanto, a facção que estaria no comando da organização daquele lugar em específico.

Nos últimos anos, observamos amplas transformações da violência, sobretudo com a organização dessas siglas e os rearranjos territoriais a partir delas, além do estabelecimento de novas rotas para o mercado de tráfico de drogas (PAIVA, 2019; BARROS et al., 2018).

O medo diante dessas relações de inimizade provocadas pelo acirramento de conflitos, tem oportunizado nessas experiências um viver acuado, cujos efeitos políticos recaem na não participação e ao não acesso a determinados espaços do território, dentre eles postos de saúde, equipamentos de cultura e praças, a territórios vizinhos, onde tinham amigos e familiares, a outros espaços da cidade. É comum a narrativa entre nossos participantes que a lógica ensejada pelos conflitos dificulta o acesso a inúmeras políticas públicas, isso porque muitas vezes o equipamento de referência está territorializado em uma área circunscrita pelo mando de uma facção inimiga (BENÍCIO et al., 2018).

O território, como esse locus de disputa (SÁ, AQUINO, 2020), confere os *status* de matabilidade a determinados corpos que ali habitam, tornando a circulação restrita em função do risco à própria vida, ainda que esses sujeitos não estejam diretamente ligados a facções. Além disso, denota a cristalização desses territórios como lugares violentos, como lugares de experimentação de uma singular forma de horror, de morte e barbárie, age de modo a recrudescer nessas regiões práticas de sujeição, controle e punição (BARROS; BENÍCIO; BICALHO, 2019). É por meio do medo que essas formas locais de controle se exercem, impõem respeito e se perpetuam.

Esses adolescentes vivenciam em seus cotidianos constante relação com a morte, e por serem reconhecidos pela pecha de envolvidos têm suas vidas tomadas como desimportantes, ademais, conforme relato anterior, percebe-se a partir dessa racionalidade a condição de matabilidade e descartabilidade dessas vidas (BENÍCIO et al., 2018; COSTA; BARROS, 2019; COSTA et al., 2019), que reiteram práticas punitivas a partir das dinâmicas do crime, tendo em vista a fragmentação e a ocupação desses territórios por diferentes siglas criminosas, as quais exercem poder de mando e controle sobre determinadas regiões.

Conforme aponta Barros et al (2018), com a quebra do pacto conhecido como “pacificação” no final do ano de 2016, no Ceará, em 2017, o número de homicídios alcançou seu ápice. A quebra da pacificação nos é importante aqui porque evidencia o recrudesimento da letalidade exercida pelo belicismo das facções nas regiões periféricas da cidade. A relação com a morte iminente a que muitos adolescentes e jovens estiveram e continuam a estar expostos justifica em larga medida o medo de também morrer nessas tramas violentas relatadas por muitos dos jovens participantes.

Esse medo também se justifica pelos elevados índices de homicídios de jovens no Brasil, sobretudo a juventude pobre e preta, nas dinâmicas da violência (PAIVA; OLIVEIRA, 2015). A internalização subjetiva do medo da morte, seja ela física ou social, dada pelo não reconhecimento da vida de determinados sujeitos com uma vida não digna de ser vivida. A relação constante com a morte se dá não somente pela condição de matabilidade depositada nesses corpos, mas também, por via da negação e do apagamento da participação desses jovens em espaços de reconhecimento, de acessos, de direitos e, sobretudo, de cuidado.

Medo da vitimização de amigos e familiares

Uma grande parcela dos jovens relatou ser comum perder amigos, namoradas(os), e familiares que de alguma forma encontravam-se ligados(as) à pessoas que participam de alguma facção do território, na maioria dos casos o que acontece é uma forma de “vingança, ou represália” para membros da facção em disputa, o que acaba por ocasionar restrições no livre acesso ao bairro, como expressaram os jovens em uma oficina onde houve a confecção do fanzine² sobre resistências ao medo. Um dos jovens relatou que “a violência tá muito forte, a gente tem que achar um jeito de acabar com isso, é isso, o que me deixou com sofrimento e medo foi ter visto meu primo morto na minha frente, em frente de casa, com cinco tiros no peito” (SOUTO, 2019).

As dinâmicas criminais vividas nessas territorialidades têm produzido formas outras de sociabilidade, as quais impõem nesse cotidiano e nas vidas ali vividas uma série de perdas promulgadas pelo assassinato de crianças, adolescente, homens e mulheres nessa realidade que, dentre outras questões, maximiza na experiência desses sujeitos os efeitos da violência (BARROS et al., 2017; BARRERA, 2011; PAIVA, 2015).

Um dos efeitos psicossociais da violência que Martín-Baró (2017) apresenta é justamente a naturalização da sua existência. O convívio prolongado com a violência pode, ainda, “converter a sua execução em um hábito e em uma resposta privilegiada para a resolução de conflitos interpessoais e sociais na vida cotidiana” (MARTINS; LACERDA JR., 2014).

Uma das alunas compartilhou na produção fanzine que:

você nunca sabe o que o outro tem passado e como ele pode tá mal. Eu, por exemplo, as pessoas aqui na escola sempre me viam e alguns ainda me veem como a estranha, a depressiva, porque eu já sofri muitas coisas dentro de casa, inclusive já fiz muita coisa errada, usei droga, roubei, mas ninguém sabe o que eu já passei. Já passei muitas vezes fome e pedia um real pras pessoas pra poder comprar um miojo pra comer em casa, fora a depressão e os problemas com meu pai violento e do crime. Já foram lá em casa ameaçar a gente, polícia e bandido. Eu cheguei a me cortar muitas vezes porque tava insuportável e tentei me matar, se não fosse a minha amiga (escreveu o nome) eu não sei o que seria de mim, ela me ajudou muito, conversou comigo, me chamou várias vezes pra comer na casa dela e me ajudou a procurar ajuda, inclusive da escola e de alguns professores (SOUTO, 2019).

2 A palavra fanzine vem da contração da expressão em inglês *fanatic magazine*, que significa em português revista de fãs. É uma publicação não profissional e não oficial, produzida por entusiastas de uma cultura particular, para o prazer de outros que compartilham seu interesse, podem ser confeccionados artesanalmente, reproduzidos à base de fotocópia, impressos em gráficas, em formato digital, etc. Sua vantagem é ter especialistas e não especialista em um determinado assunto, publicando de forma livre e direta, sem vínculos ou interesses com terceiros, sem ausência de restrições editoriais.

Em interface com os debates em saúde mental sobre os efeitos da violência e do medo em decorrência das dinâmicas criminais, problemática já discutida pela psicologia social da libertação (MARTIN-BARÓ, 2017), em uma das oficinas surgiram falas de como tais efeitos podem provocar intensos sofrimentos psicossociais, incluindo relatos de ideação suicida. Em um contexto em que a vida é vista como sem valor, e abreviada por disputas e precarizações, causando angústias e inseguranças quanto ao futuro, os jovens, inclusive pelo sentimento de desproteção e desassistência, os processos de adoecimento e a falta de acesso à cuidados de saúde corroboram para agravos psicopatológicos.

Ademais, os jovens apresentaram a questão da perda de familiares e amigos como algo desencadeador e decisivo para a vivência do sofrimento psíquico ligado ao medo relacionado à violência no território onde moram. Esse assunto, por exemplo, tocou uma situação ainda muito recente e, segundo os próprios relatos, mal elaborada entre eles e elas: a morte de uma garota da escola, no primeiro semestre de 2019. Essa tratativa com a vida das juventudes periferizadas, de modo a concebê-la como vida não passível de luto (BUTLER, 2015; RODRIGUES, 2019), e cinicamente justificada pela condição de determinados jovens de envolvidos nas dinâmicas do crime faz circular na sociedade o desejo de aniquilamento do outro, ainda que não necessariamente esteja de fato nessa posição. Esse desinvestimento na vida tem produzido formas de adoecimento agenciadas pelo medo, o que denota a importância de produção de estratégias coletivas que desnaturalizem a morte de jovens enquanto uma vivência cotidiana e não episódica, como costumamos encarar em sociedade.

Termos como “depressão”, “apatia” e “sentimentos de desvalorização” foram os mais mencionados quando tratamos, nas oficinas, das principais sensações que acompanhavam os jovens como consequências psicossociais do medo em relação à violência. Nos encontros, ressoaram falas tais como: “Cansei de sempre escutar as mesmas coisas: “só quer chamar atenção”, “é coisa da mente”, “você precisa de Deus”, “não tem mais o que fazer, vai todo mundo morrer uma hora”, “eu não consigo mais fazer nada, não posso ir pra nenhum lugar, não tenho mais vida”.

Medo de ser confundido com um “envolvido”: experiências em um “fogo cruzado” entre as facções e as políticas de segurança pública

O medo e a violência a partir das tramas da violência urbana têm autorizado socialmente políticas de segurança por vezes criminalizantes e estigmatizantes. Um adolescente relatou que sofreu uma abordagem policial violenta quando estava sentado na calçada com alguns amigos, conforme observado e registrado em diário de campo: “aí encostou uma ‘zebrinha’ os ‘home’ me levaram pra outro canto e falaram: ‘Tu acha que tu volta se nós te levar?’” (SOUTO, 2019). Segundo os relatos dos jovens, é comum policiais, após o “baculejo” (revista policial de suspeitos criminais), levarem os jovens para outros bairros em que o domínio territorial seja de facções inimigas para serem assassinados por

integrantes destas facções. Relatos assim nos fazem problematizar o uso discricionário do poder policial para perpetuação da morte sistemática de algumas juventudes por organizações criminosas. Portanto, há em voga práticas de punição que se aproveitam das dinâmicas do crime.

Nessa perspectiva, mais um efeito que fica evidente, atravessado pelo medo, é que quanto mais o jovem se aproxima da imagem estereotipada do que é ser “perigoso/bandido”, por características fenotípicas e pelo baixo poder aquisitivo, possivelmente terá mais medo em qualquer contato com a polícia, tendo em vista que ele entende o lugar que ocupa no imaginário policial e social. Além disso, ocorre também o medo de ser confundido como “envolvido” e ser alvo de punição pela polícia.

Para Faustino (2012), essa lógica de precarização é instituída pela ausência de políticas públicas de bem-estar social do Estado e pela forte presença militarizada nas periferias, fazendo com que essa juventude seja constituída pelo signo da desigualdade social (NUNES, 2020). Tal fato, torna fecunda a possibilidade de que esses territórios sejam locus de recrutamento de “soldados” dispostos a matar e a morrer nas disputas criminais ligadas ao mercado de drogas, considerando esse um caminho possível de reconhecimento, crescimento, sobrevivência e de acesso à bens materiais.

Nesse sentido, as políticas de segurança orientadas pela guerra têm produzido sentimentos de medo e não de proteção nos jovens, que culminam no fortalecimento de tendências autoritárias. A presença do Estado ocorre principalmente por meio da força e da tentativa de imposição de seu poder em uma estratégia militarizada de segurança pública (COSTA; BARROS, 2019). O medo social fomenta a adesão subjetiva à barbárie e subjetividades punitivo-penais (MALAGUTI, 2009).

O aumento da violência e as frequentes abordagens policiais como consequência desse fenômeno, como relatado em uma das oficinas, evidenciam os efeitos do medo nessas populações, haja vista estarem sob uma espécie de “fogo cruzado”, no qual o território passa a ser o elemento agenciador das múltiplas formas de violência (PASSOS; CARVALHO, 2015).

Assim, as dinâmicas criminais que articulam medo e violência movimentam uma maquinaria social que institui nesses contextos múltiplas formas de opressões sustentadas por uma racionalidade necropolítica que encerra corpos periferizados, sobretudo jovens e negros, em condições subaternas, posto que esses corpos encarnam a figura do envolvido, do perigo e do inimigo (COSTA; BARROS, 2019; BARROS, 2019). A narrativa do envolvimento é um catalisador de ficcionalização dessa população jovem como alvo das tramas necropolíticas expressas pelo Estado, embora as facções criminosas em seus *modus operandi* acionam tecnologias de fazer morrer e deixar morrer e como morrer (NUNES; BARROS, 2022). Opera-se a ficção de que o jovem negro morador da periferia está coligado ao mercado de drogas, logo, circula o discurso de que “se morreu é por que era envolvido” (BARROS, 2019).

O medo de morrer na experiência de meninas e jovens LGBTQIA+

Houve relatos nas oficinas que apontaram a presença da violência de gênero nessas disputas territoriais operadas pelo acirramento da violência. Acerca disso, apontaram que ser LGBTQIAPN+ é estar mais exposto à intensificação da vulnerabilização em locais dominados por facções e de como os homens faccionados as tratavam, e, por esse motivo as jovens relataram sentirem medo de serem raptadas, cooptadas ou até mesmo confundidas com uma “envolvida” (SOUSA, 2019; BARROS et al., 2019; NUNES; BARROS, 2022). Os *modus operandi* das facções não estão isentos à cultura misógina, racista e LGBTfóbica, bem como à objetificação do seu corpo e manutenção de subordinação e maximização de condições de precarização de suas vidas (NUNES, 2020).

Sobre isso, cabe salientar que os relatos dos jovens apontam para uma imbricação do machismo, sexismo e a depender, do racismo e sexualidade, constituem estruturas que subalterniza, objetifica e produz mecanismos de controle como o sistema patriarcal, o paradigma do binarismo de gênero e a imposição cisgenera e heteressexualidade compulsória. Estratégias que atuam de forma interseccional na destituição ontológica dos corpos feminizados e genderizados matáveis e morríveis. Essa lógica necropolítica genderizada (GOMES FILHO et al., 2020; NUNES et al., 2021) atua sobretudo em mulheres e pessoas LGBTQIAP+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros, *Queer*, Assexuais, Panssexuais, mais), como foi relatado nas oficinas.

Algumas meninas conduziram a discussão a partir dessa abordagem para a questão do feminicídio, que, segundo elas, é frequente na região, havendo vários relatos de casos desse tipo de violência contra amigas e familiares. Em relação a isso, destacamos que esse aumento considerável de assassinatos de adolescentes e jovens é lido a partir da noção de femi-geno-cídio (SEGATO, 2014). O femi-geno-cídio diz respeito a morte de mulheres que em sua complexidade não se encaixam eminentemente como feminicídio ou como homicídio, visto que são homicídios com agressões direcionadas ao feminino em contextos impessoais e em sua letalidade máxima. Outra característica que possibilita essa relação é que os agressores agem em conjunto dentro de uma organização.

Além disso, a forma brutal e espetacularizada com que essas adolescentes e jovens mulheres estão sendo assassinadas permite-nos complexificar ainda mais essa discussão. Isso porque o femigenocídio, conceito trabalhado por Rita Segato (2025) para questionar os binarismos entre violência contra mulheres em contextos intrafamiliares e em contextos sociais mais amplo, trata-se de uma das expressões da necropolítica que tem sido fortemente atrelada às táticas das facções criminosas para demonstrar força aos rivais através da instrumentalização e vilipêndio dos corpos feminizados. Ou seja, a tortura seguida de morte grave é veiculada em redes sociais e cada morte é vista como um troféu que representa a força e o poder não somente sob o território e os mercados ilícitos, mas sob a vida em seu em torno (SOUSA; NUNES; BARROS, 2020). Os *modus operandi* com que as facções agem são espaços para que uma certa masculinidade se faça hegemônica,

a qual ratifica o corpo feminizado e genderizado como palco de disputa de uma dinâmica bélica masculinista.

A forma sangrenta e monstruosa com que essas adolescentes LGBTQIAPN+ e jovens mulheres estão relacionadas a um espetáculo está relacionado ao capitalismo *gore*. O capitalismo *gore*, segundo Valencia (2010), é uma variante do capitalismo de sistema econômico, político e subjetivo, caracterizado por dinâmicas bélicas, machismo, sexismo e exacerbamento de sangue em suas práticas de violência. *Gore* é um termo que a autora pega emprestado dos cinemas, já que ele é um sub gênero de filme de terror que é caracterizado por cenas de violência explícita em que pedaços de corpos são dilacerados. Ao fazer isso, Valencia (2010), propõe que o imaginário individual/social perpassa a ficção, sendo os corpos passíveis de serem esquartejados, destruídos e contabilizados.

A relação que aqui fazemos é que as dinâmicas do crime não se diferenciam de uma corporação com suas regras e hierarquias, perpassados também pelas lógicas do hiper-consumo e a produção de uma masculinidade condicionada a obtenção de *status* e poder que são provados a partir de comportamentos de expressem virilidade (VALENCIA, 2010). Dessa forma, a subjetividade *endriga*³, produzida pelo capitalismo *gore* a esses sujeitos, é percebida nos integrantes de facções e nas formas como estes se utilizam do assassinato de adolescentes e jovens mulheres na dinâmica da violência urbana no Ceará para (re) afirmar um (suposto) *status* de poder masculinista no território.

Observamos, assim, que essas ações *gore* acontecem de forma desigual, ao pensarmos de forma interseccional, sobretudo a partir dos pressupostos de feministas negras e sua discussão sobre a inseparabilidade dos marcadores sociais de opressão e privilégio que atuam de forma singular (AKOTIRENE, 2018; LIMA, 2018; RIBEIRO, 2018), alguns corpos, tanto estão em maior condição de vulnerabilidade, como são violentados de forma mais severa (SOUSA; NUNES; BARROS, 2020), sobretudo quando analisamos o sexismo junto ao racismo à brasileira, tornando mulheres negras ainda mais vulneráveis (GONZALES, 1984; CARNEIRO, 2011). Por fim, diante do exposto, sustemos que há em voga femi-geno-cídios por esses sujeitos *endriagos* faccionados.

Pessoas LGBTQIAP+ estão mais expostas e propensas a serem violentadas em diferentes dimensões, sendo o Brasil um dos países que mais mata esse segmento populacional (GOMES FILHO et al, 2020). Contudo, com o avanço do (neo)conservadorismo no país, sobretudo a partir de 2017/2018, o discurso de ódio contra essa população não tem sido mais ostensivo, embora juridicamente a legislação continua caminhando em relação aos direitos LGBTQIAP+.

Os discursos de ódio podem ser caracterizados como formas de contar histórias, falas, posicionamentos e atitudes com a intenção de diminuir, humilhar, depreciar, perverter e por fim, eliminar o outro. Tendo por base marcadores sociais da diferença, essa estigmatização que se faz do outro parece justificar ao agressor uma série de violências. Conforme análise dos autores Gomes Filho et al., (2021), às violências de gênero, sobre-

3 Refere-se a (re)produção de modos de ser e estar no mundo que incorporam a noção de ingovernamentalidade, possuem uma interpretação distópica de sujeitos livres e reforçam lógicas hegemônicas por meio de um ideal de masculinidade enquanto universal e símbolo de poder.

tudo contra sujeitos LGBTQIAP+ sempre existiram na sociedade moderna, visto que a modernidade é constituída com base no imperialismo colonial e a contínua colonialidade mantém intacta suas relações de poder e de controle bio-necropolítico.

De acordo com o Observatório do Grupo Gay da Bahia, o Brasil figura no ranking de países onde mais se mata pessoas LGBTQI+. No país, registra-se uma morte a cada 23 horas, em média⁴ (UOL, ECOA, 2020). Apenas em 2019, após alguns projetos que seguiram sem aprovação do Congresso que assegura garantias, e direitos aos LGBTQI+, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu recentemente criminalizar a homofobia como forma de racismo. Ao finalizar o julgamento da questão, a Corte declarou a omissão do Congresso em aprovar a matéria e determinou que casos de agressões contra esse público (lésbicas, gays, bissexuais, transexuais e travestis) sejam enquadrados como o crime de racismo até que uma norma específica seja aprovada pelo Congresso Nacional. Além disso, como já exposto, a dinâmica criminal tem ampliado essa exposição à morte.

Especificamente, sobre a população transsexual, uma aluna expos, de forma bastante triste, que “uma amiga minha trans foi espancada e ainda tá em coma”. Diante desses casos de homofobia e transfobia que transformaram-se em atitudes de extrema violência, perguntamos por que eles acreditavam que isso acontecia: “por que tem pessoas que se incomodam muito com a existência de outras diferentes, só pela diferença mesmo”. Já outra estudante falou “eu acho que é medo do que é diferente”, e, segundo ela, as atitudes de ódio, seriam um ato em reação ao medo, ao que é estranho. Assim, o medo silencia, invisibiliza e inibe que sejam expressas suas características singulares.

A invisibilização desses avanços, direitos, e lutas, é uma forma de manter o conservadorismo político vigente, culminando em medo, inclusive de morrer, nesta população, visto que autoriza violências. Se por um lado o sistema heteronormativo de nossa sociedade torna patológico qualquer conduta sexual que fuja de determinados padrões, por outro, promove uma série de estigmatização da população LGBTQIAP+, provocando violência dos mais diversos tipos como a física, gerando números de homicídios extremamente altos; a psicossocial, provocada pela culpabilização dos jovens por sua orientação sexual.

Essa experiência do medo das meninas e pessoas LGBTQIAP+ foi ampliada com as transformações das dinâmicas criminais, as quais perpetuam uma masculinidade hegemônica que atualiza a objetificação do feminino, enquanto instrumento de disputa e demonstração de força ao violentá-la. Por fim, a população LGBTQIAP+ que vivencia máxima de um (não) lugar, visto que socialmente são destituídos de humanidade, abjetos como salienta Butler (2003), violados e violentados ainda mais por essa lógica masculinista.

Em suma, nas oficinas que tematizavam discriminações sexuais e de gênero, o sexismo atrelado ao discurso de ódio foi outro catalisador de sentido, corroborando assim para que pessoas atravessadas por marcadores de gênero e sexualidade expressaram medo perante suas vidas, ainda mais quando sobrepostas ao marcador de raça, em que se perpetua o medo de morrer de maneira mais intensificada. Embora o número de vio-

4 Informações retiradas do site da UOL, coluna ECOA, 2020. Disponível em: <<https://www.uol.com.br/ecoa/ultimas-noticias/2020/05/17/movimento-lgbt-vem-resistindo-ha-seculos-diz-codeputada-erika-hilton.htm>> Acesso em: 03 out. 2020.

lência contra mulheres seja alarmante, a partir das transformações sociais do crime no Ceará, observamos que adolescentes e jovens mulheres têm sido mais vitimadas no estado (NUNES et al., 2021). As atuações das facções, na perpetuação de violências de ordem masculinistas e cisnormativas, por meio do machismo, misoginia e LGBTQIAP+fobia, tem intensificado o sentimento de medo, acuamento, silenciamento e apagamento de seus desejos afetivo-sexuais, intensificado sobretudo pela cultura de ódio e do conservadorismo que se faz presente nos *modus operandi* faccionais. Ou seja, a forma como as facções atuam nos territórios, a partir de um *ethos* masculinista de uma forma de exercer a masculinidade, acentua a insegurança nesses segmentos.

Medo de falar e seus efeitos na saúde mental de juventudes em contextos periferizados

O medo culmina na produção do silenciamento e paralisia perante situações adversas. Muitos estudantes, e principalmente estudantes mulheres, concordaram com a fala de uma colega que disse “para a mulher sempre é mais difícil e menos aceitável fazer ou dizer coisas do que para o homem”. Em outros termos, se, nas dinâmicas criminais, os corpos femininos são territórios sobre os quais recaem forças masculinistas e regidas pelas normas cis e heterossexuais como meio de se demonstrar poder (NUNES, 2020), são também mulheres que estão mais expostas às múltiplas formas de controle exercidas pelos grupos faccionados, dentre elas o medo de falar, fortemente agenciado pelo medo.

Esses corpos nas tramas da violência são alvos frequentes das práticas de punição, tal relação estabelece nesse cenário o apagamento e silenciamento, tendo em vista o risco que se é falar. O falar aqui é entendido não somente como a possibilidade de denunciar ações vinculadas aos grupos criminosos mas também como qualquer possibilidade de exposição da vida privada ou individual, dado os códigos de conduta e sigilo estabelecidos como norma por tais grupos nesses território. Ademais é um modo de prevenir que possíveis retaliações aconteçam. São regimes de insegurança agenciados pelo medo que distanciam jovens, sobretudo mulheres, de acessar e ocupar determinados espaços do próprio território, marcado pela violência e a lógica de guerra.

Martín Baró (1989) explicita em sua obra que entre os efeitos psicossociais da violência se encontra “a inibição da comunicação, o afastamento de processos de participação social, o isolamento social, o questionamento de valores e a desconfiança em todos os âmbitos das relações sociais”, onde o medo e a ansiedade passam a ter domínio no psiquismo individual. Esses aspectos foram diretamente de encontro com as narrativas destes jovens.

Além disso, é necessário destacar as marcas psicológicas na saúde mental dessas juventudes, em diálogo com Baró (1989) que explicita sobre essas marcas em contextos sociais atravessados pela guerra, isto é, em ambientes em que há uma permanente sensação de violência, acuamento e insegurança. Nesse sentido, o autor discute o trauma psicossocial, que seria “a cristalização concreta nos indivíduos de uma relação social disforme e desumanizadora” (MARTÍN-BARÓ, 1988/2000, p. 236). Assim, a exposição pro-

longada a violência provoca feridas psíquicas e sociais sobretudo em segmentos que são atingidos de maneira mais contundente como as juventudes negras e periféricas. Ademais a tentativa de uma despotencialização política desses sujeitos, isto é uma tentativa de minar a capacidade de mobilização e produção de movimentos de resistências coletivas por esses sujeitos constitui esse trauma psicossocial.

Muitos alunos relataram se sentirem constrangidos por certas situações no bairro, mas precisam se calar para “não causar problema maior” (SOUTO, 2019), “se falar nois morre” (SOUTO, 2019), “comento nem com meus amigos” (SOUTO, 2019) o sentimento de insegurança e medo é constante e naturalizado na vida desses jovens.

Atravessado ao medo de falar encontra-se o medo e a dificuldade na expressão de sentimentos, muitos estudantes relataram essa questão seja por desconfiar nos outros para falar de suas cicatrizes, como “tudo o que faço é errado ou não está certo para as pessoas”, “nunca confie 100% em uma pessoa”, “não deixe seu futuro depender de outra pessoa” (SOUTO, 2019), em outras palavras, por acharem que nunca serão entendidos, por não sentirem abertura e segurança de que tem espaço de fala para os outros, bem como a própria insegurança em se colocar sentimentalmente numa situação. Esse aspecto salienta a importância de redes de apoio coletivas e de escutas psicossociais, pois são efeitos advindos do cotidiano de violência em que estão inseridos.

Nessa perspectiva um outro efeito psicossocial do medo e que se reflete na saúde mental é a “desconfiança”. O medo institui uma lógica de rivalidade entre os pares de modo a inviabilizar práticas colaborativas e insurgentes. Ademais, é a partir desse pressuposto que se assentam as práticas de violência e extermínio contra o outro, seja a vítima membro coligado aos grupos faccionados ou não, seja no confronto estabelecido nas fronteiras físicas e simbólicas desse entre-territórios.

Martin-Baró (2017) nos elucida que em contextos de guerra, tais como o experimentado pelos territórios periféricos, as desigualdades sociais, a institucionalização da violência, a fortificação de grupos armados e a banalização das práticas de violência, ou em outras palavras, a sua naturalização, apresentam-se como engrenagens que fazem mover a maquinaria de sujeição dos habitantes desses territórios. Assim, um aspecto importante para analisarmos diz de como as dinâmicas criminais se utilizam, também, dessa estrutura para fazer mover seu poderio sobre esses territórios, de modo a envolver subjetivamente, muito a partir do medo e de suas consequências, os sujeitos dessas territorialidades.

Considerações finais

A partir de experiência de pesquisa em bairro periférico de Fortaleza, o artigo disarta alguns efeitos da violência na vida de jovens moradores dessa localidade, analisando os tipos e configurações de medos relatados por esses agentes. Portanto o texto dialoga e fomenta o debate sobre o medo nas cidades e seus efeitos sobre certas populações e tem potencial de contribuir nos estudos sobre aspectos psicossociais das dinâmicas da violência em contextos urbanos sob o ponto de vista de sujeitos inseridos em territoria-

lidades cujos cotidianos têm sido reconfigurados pelas transformações sociais do crime, como é o caso do estado do Ceará e sua capital.

Desse modo, por meio das oficinas fizemos a análise de como as dinâmicas do crime, sobretudo a partir das transformações da criminalidade com o advento das facções criminosas, produz o medo e como este tem produzido efeitos psicossociais aos jovens. O medo foi discutido como um operador político e psicossocial por ensejar práticas, normas, relações e modos de fazer viver e deixar morrer determinadas populações, tendo como efeito a produção de modos de subjetivação e, correlativamente, experiências de sofrimento.

De modo geral, observamos o medo de morrer e circular pela cidade, o medo de perder amigos e familiares nessas dinâmicas criminais, o medo de ser um alvo da necropolítica genderizada, sobretudo por parte de adolescentes e jovens mulheres e pessoas LGBTQIAP+ e por fim o medo de falar e seus rebatimentos na saúde mental de juventudes. Portanto, pretendeu-se que esse artigo contribua com novos sentidos a estudos sobre juventudes com enfoque em metodologias participativas, cujos aspectos das implicações da violência e do medo estejam relacionados. Também enseja-se que a partir das narrativas dos adolescentes sobre as expressões de seus medos em suas trajetórias de vidas possam ser pensadas políticas públicas direcionadas ao enfrentamento da violência nas periferias.

REFERÊNCIAS

- AKOTIRENE, C. **O que é interseccionalidade?** Feminismos Plurais. Coordenação Djamila Ribeiro. Belo Horizonte: Letramento, 2018.
- AGUIAR, K. F.; DA ROCHA, M. L. Micropolítica e o exercício da pesquisa-intervenção: referenciais e dispositivos em análise. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 27, n. 4, p. 648-663, 2007.
- BAIERL, L. F. **Medo social**: da violência visível ao invisível da violência. São Paulo: Cortez, 2004.
- BARROS, J. P. P.; et al. Criminalização, extermínio e encarceramento: expressões necropolíticas no Ceará. **Revista Psicologia Política**, v. 19, n. 46, p. 475-488, 2019.
- BARROS, J. P. P.; et al. “Pacificação” nas periferias: discursos sobre as violências e o cotidiano de juventudes em Fortaleza. **Revista de Psicologia**, v. 9, n. 1, p. 117-128, 2018.
- BARROS, J. P. P.; et al. Homicídios juvenis e os desafios à democracia brasileira: implicações ético-políticas da Psicologia. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 37, n. 4, p. 1051-1065, 2017.
- BARROS, J. P. P.; RODRIGUES, J. S.; BENÍCIO, L. F. S. (Orgs.). **Violências, desigualdades e (re)existências**: cartografias psicossociais. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2021.
- BARROS, J. P. P.; BENÍCIO, L. F. S.; BICALHO, P. P. G. Violências no Brasil: que problemas e desafios se colocam à Psicologia? **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 39, esp. 2, p. 33-44, 2019.
- BARROS, J. P. P. Juventudes desimportantes: a produção psicossocial do “envolvido” como emblema de uma necropolítica no Brasil. In: COLAÇO, V.; et al. (Orgs.). **Juventu-**

des em movimento: experiências, redes e afetos. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2019. p. 209-239.

BARROS, J. P. P.; SILVA, D. B.; GOMES, C. J. A. Dispositivos grupais com jovens: rizomas em territorialidades periféricas. In: LEMOS, F. C. S.; et al. (Orgs.). **Pesquisar com as psicologias:** artesanias e artifícios. v. 10, p. 205-226. Curitiba: CRV, 2020.

BENTO, B. Necrobiopoder: quem pode habitar o Estado nação? **Cadernos Pagu**, n. 53, p. 1-16, 2018.

BENÍCIO, L. F. S.; et al. Necropolítica e Pesquisa-Intervenção sobre Homicídios de Adolescentes e Jovens em Fortaleza, CE. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 38, esp. 2, p. 192-207, 2018.

BORGES, D. **O medo do crime na cidade do Rio de Janeiro:** uma análise sob a perspectiva das crenças de perigo. Curitiba: APPRIS, 2011.

BORGES, D. Vitimização e Sentimento de Insegurança no Brasil em 2010: Teoria, Análise e Contexto. **Mediações - Revista de Ciências Sociais**, v. 18, n. 1, p. 141-163, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.5433/2176-6665.2013v18n1p141>.

BUTLER, J. *Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?* Tradução de S. Lamarão & A. Marques da Cunha. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

BUTLER, J. **Problemas de Gênero:** feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. (Original publicado em 1990).

CARNEIRO, S. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil.** São Paulo: Selo Negro, 2011.

CAVALCANTE, R. M. B.; ALTAMIRANO, T. H. (Orgs.). **Fortaleza armada:** consequências humanitárias em territórios demarcados pela violência. Fortaleza: Instituto OCA, 2019.

CAVALCANTE, C. O. B. "Humanos indireitos": Modos de subjetivação de adolescentes e jovens a quem se atribui o cometimento de ato infracional. 2019. **Dissertação.** Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza.

COMITÊ CEARENSE PELA PREVENÇÃO DE HOMICÍDIOS NA ADOLESCÊNCIA. **Cada vida importa:** relatório de julho a dezembro de 2019. 2020. Disponível em: https://www.al.ce.gov.br/phocadownload/RelatorioCadaVidaImporta_20192.pdf.

COMITÊ CEARENSE PELA PREVENÇÃO DE HOMICÍDIOS NA ADOLESCÊNCIA. **Relatório do primeiro semestre de 2018.** 2019. Disponível em: <http://cadavidaimporta.com.br/publicacoes/relatorio-de-atividades-2018-1/>.

COSTA, A. F.; BARROS, J. P. P. "Célula de proteção comunitária": o que dizem jovens negros de uma região periférica de Fortaleza? **Psicologia em Pesquisa (UFPE)**, v. 13, p. 173-192, 2019.

COSTA, A. F.; et al. Decolonizando a investigação com jovens em territorialidades periferizadas: pesquisa-inter(in)venção e a produção de políticas de re-existências. In: BARROS, J. P. P.; RODRIGUES, J. S.; BENÍCIO, L. F. S. (Orgs.). **Violências, desigualdades e (re)existências:** cartografias psicossociais. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2021. p. 273-293.

DIAS, C. N.; PAIVA, L. F. Apresentação: Encarceramento, dinâmicas criminais e violência: as ações das facções brasileiras em debate. **O Público e o Privado**, v. 33, p. 9-17, 2019a.

DIAS, C. N.; PAIVA, L. F. Violência dentro e fora das prisões: a dinâmica criminal das facções. **O Público e o Privado**, v. 33, p. 9-18, 2019b.

DÍOGENES, G. M. S. **Cartografias da cultura e da violência: gangues, galeras e o movimento hip hop**. 1998. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza.

FAUSTINO, D. M. O encarceramento em massa e os aspectos raciais da exploração de classe no Brasil. **PUCviva Revista**, v. 39, p. 14-25, 2012.

FOUCAULT, M. O nascimento da medicina social. In: FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. 18. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2003. p. 79-98.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário brasileiro de segurança pública**. 2019. Disponível em: https://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2019/10/Anuario-2019-FINAL_21.10.19.pdf.

GOMES, C. J. A.; et al. Pesquisa-inter(in)venção com adolescentes e jovens a quem se atribui o cometimento de ato infracional. In: BARROS, J. P. P.; RODRIGUES, J. S.; BENÍCIO, L. F. S. (Orgs.). **Violências, desigualdades e (re)existências: cartografias psicossociais**. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2021. p. 253-272.

GOMES FILHO, A. S.; et al. E quando as bichas, sapatão, travas e trans caminham pelas ruas? Os emblemas sociais da caminhabilidade no Brasil. **Sociologia Plurais**, v. 7, n. 1, p. 276-297, 2021.

GONZALEZ, L. Racismo e sexismo na cultura brasileira. *Revista Ciências Sociais Hoje*, p. 223-244, 1984.

LIMA, F. Raça, interseccionalidade e violência: corpos e processos de subjetivação em mulheres negras e lésbicas. **Cadernos de Gêneros e Diversidade**, v. 4, n. 2, p. 66-82, 2018.

MANSANO, V. R. S.; NALLI, M. O medo como dispositivo biopolítico. **Revista Psicologia: Teoria e Prática**, v. 20, n. 1, p. 72-84, 2018.

MARTINS, K. O.; LACERDA JR., F. A contribuição de Martín-Baró para o estudo da violência: uma apresentação. **Revista Psicologia Política**, v. 14, n. 31, p. 569-589, 2014.

MBEMBE, A. **Políticas de inimizade**. Lisboa: Antígona, 2017.

MARTÍN-BARÓ, I. Guerra y trauma psicosocial del niño salvadoreño. In: MARTÍN-BARÓ, I. (Org.). **Psicología social de la guerra**. 3. ed. San Salvador: UCA Editores, 2000. p. 234-247.

MARTÍN-BARÓ, I. O papel do psicólogo. **Estudos de Psicologia**, v. 2, n. 1, p. 7-27, 1997.

MARTÍN-BARÓ, I.; ABARCA, A. B.; CHOMSKY, N. **Psicología de la liberación**. 1998.

MARTÍN-BARÓ, I. **Crítica e libertação na Psicologia: Estudos psicossociais**. Editora Vozes, 2017.

MORAES, S. S.; SIQUEIRA, Í. B. L. As margens como centro no bairro Benfica: falas da violência e do matar na cidade de Fortaleza. **Revista Brasileira de Sociologia da Emoção (Online)**, v. 18, p. 143-159, 2019.

NASCIMENTO, F. E. M.; SIQUEIRA, Í. B. L. Dinâmicas 'faccionais' e políticas estatais entre o dentro e o fora das prisões do Ceará. **Revista Tomo**, v. 1, p. 123-164, 2022.

NUNES, L. F. "Quando vi, tava envolvida": atravessamentos da violência urbana nas trajetórias de adolescentes privadas de liberdade. 2020. **Dissertação**. Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza.

NUNES, L. F.; BARROS, J. P. P. Crossings of urban violence in the life trajectories of adolescents deprived of freedom. **Trends in Psychology**, p. 1-20, 2022. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s43076-022-00198-z>.